



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2018-05-04

DELIBERAÇÃO

⇒ **Voto n.º 529/XIII/3.ª**, apresentado pelo PCP, de Congratulação pela ocasião da «Declaração de Panmunjom para a paz, a prosperidade e a unificação da Península da Coreia»;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

⇒ **Voto n.º 531/XIII/3.ª**, apresentado pelo CDS-PP, de Saudação pela evolução positiva da situação na Península Coreana;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PCP e PEV

⇒ **Voto n.º 530/XIII/3.ª**, apresentado pelo PCP, de Saudação pelo Dia Mundial da Liberdade de Imprensa;

Aprovado por unanimidade

⇒ **Projeto de Resolução n.º 1549/XIII/3.ª (BE)** – Recomenda ao Governo a atribuição de apoios à diversificação florestal;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP e PEV

Contra –

Aprovado

Abstenção – PAN



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1011/XIII/2.ª \(PSD\)](#) – Consagra a data de 15 de junho como o Dia Nacional da Doença de Huntington e recomenda ao Governo que aprove medidas de redução do impacto dessa doença e de apoio aos seus portadores;

- **Ponto 1**

Favor – PSD e PAN

Contra –

Abstenção – PS, BE, CDS-PP, PCP e PEV

Aprovado

- **Ponto 2.1**

Favor – PSD e PAN

Contra – BE e PCP

Abstenção – PS, CDS-PP e PEV

Aprovado

- **Restantes pontos**

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PS e PCP

Aprovados



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1551/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo que as pessoas que se qualificam para aceder a diagnóstico genético pré-implantação possam efetuar três tentativas de gravidez no âmbito do Serviço Nacional de Saúde;

- Pontos 1 e 2

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovados

Abstenção – CDS-PP

- Pontos 3 e 4

Aprovados por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1552/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo que reforce a acessibilidade à saúde aos doentes de Huntington;

- Ponto 2

Favor – PSD, PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – CDS-PP



DELIBERAÇÃO

- Restantes pontos

Aprovados por unanimidade

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366;

Favor – PSD, PS, BE, PCP e PEV

Contra –

Abstenção – CDS-PP e PAN

Aprovada

Baixa à 5.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 45 dias, da [Proposta de Lei n.º 120/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 856/XIII/3.ª \(PS\)](#) – Procede à segunda alteração à Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto, alterada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que regula a organização e o funcionamento da Comissão Nacional de Proteção de Dados;

Favor – PS

Contra – PSD, PCP e PEV

Abstenção – BE, CDS-PP e PAN

Rejeitado

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, sem votação, por um período de 45 dias, da [Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1481/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de atribuição de uma pensão de preço de sangue provisória;

Favor – PSD, BE, CDS-PP e PAN

Contra –

Abstenção – PS, PCP e PEV

Aprovado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 781/XIII/3.ª \(PS\)](#) – Altera o Código Civil, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legal na convenção antenupcial;

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP e PEV

Contra – 2 Deputados do PS

Aprovado

Abstenção – PSD, PAN, 2 Deputados do PS e 4 do CDS-PP

Baixa à 1.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1435/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão do regime legal do setor do táxi, de forma a contribuir para a modernização deste transporte;

Favor – PS e CDS-PP

Contra – BE

Aprovado

Abstenção – PSD, PCP, PEV e PAN

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1553/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Modernização do sector do táxi;

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP e PEV

Contra – PSD

Aprovado

Abstenção – PAN



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1556/XIII/3.ª \(PS\)](#) – Recomenda um conjunto de medidas de apoio e promoção do setor do táxi;

Favor – PS, BE e CDS-PP

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD, PCP, PEV e PAN

⇒ [Projeto de Resolução n.º 724/XIII/2.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que modernizem e introduzam transparência no setor do táxi (texto substituído em Comissão);

Favor – PS e BE

Contra – PSD

Aprovado

Abstenção – CDS-PP, PCP, PEV e PAN

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, do [Projeto de Lei n.º 770/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Revoga a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto;



DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, do [Projeto de Lei n.º 847/XIII/3.^a \(BE\)](#) – Estabelece medidas de combate à precariedade no arrendamento habitacional (introduz alterações ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, e ao novo regime de arrendamento urbano); do [Projeto de Lei n.º 848/XIII/3.^a \(BE\)](#) – Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, para aprimoramento do exercício do direito de preferência pelos arrendatários (septuagésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro); do [Projeto de Lei n.º 849/XIII/3.^a \(BE\)](#) – Assegura aos municípios mecanismos de financiamento adequados à promoção de políticas de habitação (procede à sétima alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro); e do [Projeto de Lei n.º 850/XIII/3.^a \(BE\)](#) – Estabelece a punição contra-ordenacional por assédio no arrendamento;

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PEV, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, do [Projeto de Lei n.º 852/XIII/3.^a \(PEV\)](#) – Revoga a Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano);

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 15 dias, do [Projeto de Lei n.º 853/XIII/3.^a \(BE\)](#) – Estabelece a suspensão de prazos do novo Regime do Arrendamento Urbano e de processos de despejo;



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, do [Projeto de Resolução n.º 1555/XIII/3.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que reformule os trâmites do Balcão Nacional de Arrendamento;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, da [Proposta de Lei n.º 127/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, da [Proposta de Lei n.º 128/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Estabelece taxas autónomas diferenciadas de IRS para rendimentos prediais nos contratos de arrendamento habitacionais de longa duração;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 45 dias, da [Proposta de Lei n.º 129/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Estabelece medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio na posição dos arrendatários e dos senhorios, a reforçar a segurança e estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade;

Aprovados por unanimidade



DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sem votação, por um período de 15 dias, do [Projeto de Lei n.º 854/XIII/3.ª \(PS\)](#) – Estabelece um regime extraordinário e transitório de proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatários e residam no mesmo local há mais de 15 anos;

Aprovado por unanimidade

⇒ **2.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2018**

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1185/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Recomenda a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua reforma e salvaguarda da memória e história portuguesas;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Abstenção – PSD

Rejeitado

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1496/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Pelo desbloqueio imediato de verbas para o projeto da unidade pediátrica do Hospital S. João;

Aprovado por unanimidade



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1504/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à autorização imediata para a abertura do concurso público para a realização da obra de construção do novo centro pediátrico do Hospital de São João, no Porto, bem como à libertação da verba total necessária para o efeito, e que dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 23/2018 que “Recomenda ao Governo a implementação de medidas de proteção e apoio aos menores portadores de doença oncológica e aos seus cuidadores”;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1509/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo que desbloqueie imediatamente as verbas necessárias à construção da nova ala pediátrica do Centro Hospitalar de S. João, no Porto, e que dê cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 26/2018, de 23 de janeiro, que recomenda ao Governo que adote medidas para reforçar o apoio às crianças e jovens com cancro;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1484/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo que reforce os meios humanos e materiais no Instituto Nacional de Emergência Médica;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1497/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Reforço da resposta do Instituto Nacional de Emergência Médica através da contratação dos profissionais em falta;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1343/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro;

- **Pontos 1 e 2**

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Rejeitados

Abstenção – PSD e CDS-PP

- **Pontos 3 e 4**

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PS

Aprovados

Abstenção –



DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1345/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1347/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia;

Favor – PCP e PEV

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD, PS, BE, CDS-PP e PAN

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1491/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo a criação da administração dos Portos do Algarve e a requalificação e valorização dos Portos Comerciais de Portimão e de Faro;

- **Ponto 1**

Favor – BE

Contra – PCP

Aprovado

Abstenção – PSD, PS, CDS-PP, PEV e PAN



DELIBERAÇÃO

- Restantes pontos

Favor – BE, CDS-PP, PCP e PEV

Contra –

Aprovados

Abstenção – PSD, PS e PAN

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1494/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que, no âmbito da sua reconversão, pondere a não extinção do Porto Comercial de Faro e concretize com a rapidez possível as obras de melhoria previstas para o Porto de Portimão;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1495/XIII/3.ª \(PS\)](#) – Pela dinamização dos Portos do Algarve e da estratégia de dinamização do transporte marítimo;

- Pontos 1 e 3

Favor – PS

Contra – BE e PCP

Aprovados

Abstenção – PSD, CDS-PP, PEV e PAN



DELIBERAÇÃO

- **Ponto 2**

Favor – PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD

- **Ponto 4**

Favor – PS, BE, CDS-PP, e PEV

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD, PCP e PAN

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1528/XIII/3.^a \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo concretize os investimentos previstos a requalificação, valorização e desenvolvimento do potencial dos Portos de Portimão e Faro e atividades associadas;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Saúde** relativo ao [Projeto de Lei n.º 565/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) – Direitos das pessoas doentes em fim de vida;

Favor – PSD e CDS-PP

Contra –

Aprovado

Abstenção – PS, BE, PCP, PEV e PAN

VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação** relativo aos [Projetos de Lei n.ºs 658/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Estabelece a obrigatoriedade de auditorias aos sistemas com eventuais impactos na qualidade do ar exterior, em particular à pesquisa de presença de colónias de legionella sp. (terceira alteração ao decreto-lei n.º 102/2010, de 23 de setembro), [659/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Reestabelece a obrigatoriedade de auditorias à qualidade do ar interior e à pesquisa de presença de colónias de legionella sp. (quinta alteração ao decreto-lei n.º 118/2013, de 20 de agosto), [676/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Estabelece a reintrodução da obrigatoriedade da fiscalização periódica da qualidade do ar interior e exterior nos edifícios de serviços que possuam sistemas de climatização, [680/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Estabelece as condições para a criação do Programa de Prevenção Primária e Controlo da Bactéria Legionella, e [682/XIII/3.ª \(PEV\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, com vista a garantir a verificação regular da qualidade do ar dos edifícios com sistema de climatização, incluindo a verificação da existência de colónias de Legionella;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD

Aprovado

Abstenção – CDS-PP



VOTACÃO FINAL GLOBAL

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa** relativo ao [Projeto de Lei n.º 445/XIII/2.^a \(CDS-PP\)](#) – Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, adotando medidas restritivas na comercialização de produtos e instrumentos financeiros por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras;

Favor – PSD, BE e CDS-PP

Contra – PS

Abstenção – PCP, PEV e PAN

Aprovado

⇒ **Texto Final** apresentado pela **Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa** relativo ao [Projeto de Lei n.º 448/XIII/2.^a \(CDS-PP\)](#) – Procede à alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, impedindo a atribuição de incentivos à comercialização ao retalho de produtos ou instrumentos financeiros específicos e reforçando-se a intervenção do Banco de Portugal nesta matéria;

Favor – PSD, BE e CDS-PP

Contra – PS

Abstenção – PCP, PEV e PAN

Aprovado



VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

⇒ Texto Final apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa relativo à [Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593;

Favor – PSD e PS

Contra –

Aprovado

Abstenção – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

⇒ Votação do Parecer da Subcomissão de Ética da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias: Ofício n.º 54/SE/2018.